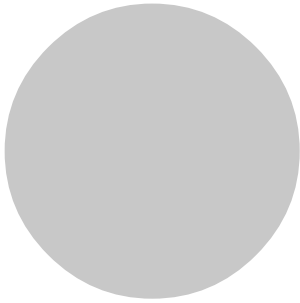
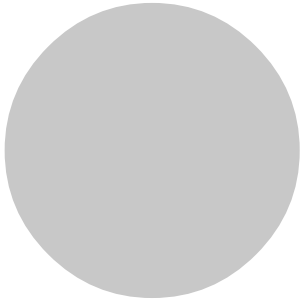


# ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS: PESQUISAS CIENTÍFICAS



Eduardo Cardoso  
Jeniffer Cuty  
Organizadores



2021

Os conteúdos e imagens de cada artigo são de inteira responsabilidade de seus autores.  
Todos os direitos são reservados aos mesmos.

**CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**  
**BIBLIOTECA**

---

A174    Acessibilidade em ambientes culturais : pesquisas científicas. / Eduardo Cardoso, Jeniffer Cuty, Organizadores. — Porto Alegre : Marca Visual, 2021.  
165 p. : il. color.

ISBN 978-65-89263-10-4

1. Acessibilidade. 2. Espaço cultural. 3. Patrimônio cultural. 4. Pesquisa científica. I. Cardoso, Eduardo. II. Cuty, Jeniffer Alves.

CDU: 930.85

---

# ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS: PELA DIVERSIDADE DE OLHARES SOBRE O HUMANO, OS ACESSOS E AS REPRESENTAÇÕES

## APRESENTAÇÃO

Eis que a pandemia anunciada pelas principais instituições de pesquisa do âmbito internacional se revelou no Brasil. Para algumas pessoas, foi possível desenvolver as atividades profissionais em casa durante o ano de 2020. A desigualdade social do Brasil, tão perversa e em plena ascensão, grifou sua presença nesse ano “sem fim”, agravando as outras crises que já estavam em andamento no país. Crise sanitária, crise econômica, crise política, crise social e crise ambiental. Todas foram potencializadas nos últimos quatro anos. Elas nos desafiam a aprimorar as pesquisas sobre questões ontológicas dos direitos humanos, como dignidade e acesso à informação, a lugares e a serviços. Insistentemente, lutamos contra a invisibilidade de minorias políticas, entre elas mulheres, negros, indígenas, pobres e pessoas com deficiência. Como bem pontuou a filósofa espanhola Adela Cortina, a aporofobia, ou seja, a aversão e o ódio ao pobre e não à pobreza, ganhou espaço na última década em diversos países. Na base da desigualdade, no Brasil, estão mulheres negras e pobres, moradoras de periferias desprovidas de infraestrutura. Se possuírem alguma deficiência, mais invisibilizadas estarão.

Representação é o termo que instaura o campo do patrimônio cultural. Precisamos ser representados em nossas práticas cotidianas e excepcionais, ver e sermos vistos em ambientes institucionalizados ou não. É uma demanda de cada ator social, assim como as demandas fundamentais – indicadas nos direitos humanos – por moradia, alimentação, educação e saúde. Ambientes culturais são caracterizados pelo equilíbrio entre a extroversão da cultura objetiva, no caso de museus, as coleções organizadas por curadoria (participativa, acessível ou acessibilizada), e a cultura subjetiva, ou seja, aquela que nos compõe como sujeitos atuantes e pertencentes a diversos grupos sociais. Nossa linguagem corporal somada aos acentos do idioma, bem como a visão de mundo de cada

um de nós e a trajetória social, configuram um tecido explorado técnica, científica e culturalmente por museus e outros espaços dedicados a nos representar.

Dar a ver sujeitos e grupos sociais – em suas idiossincrasias – em museus e bibliotecas, é um gesto de inclusão social. Os processos de memória social, registrados em textos, são um exemplo da relação dialética inclusão/exclusão, pois a memória carrega a noção de lembrar e esquecer em sua definição. Valorar objetos, documentos e coleções como representativas de uma área do conhecimento igualmente segue a perspectiva de incluir e dar acesso, revelar e possibilitar novas pesquisas sobre os eleitos a valores tais como cultural, histórico, estético, artístico, científico, entre outros. Na trajetória internacional de identificação de valores, Cesare Brandi e sua obra “Teoria da Restauração”, de 1963, explicitam os notórios valores histórico e artístico, os quais ainda são vistos como primordiais ou como únicos. Porém, as sociedades se transformaram significativamente dos anos 1960 para cá e os valores dos bens que as representam também. Passamos a considerar valor de testemunho – pensando nos atos de violação de direitos e em seus monumentos e objetos representativos – como um caminho mais justo para iluminar o reconhecimento àquilo que nos envergonha como sociedade. Valor de diversidade e valor de sustentabilidade se colocam neste rol de novos olhares sobre o humano e seus produtos.

Valoração de um acervo bibliográfico é o tema do primeiro capítulo deste livro. Artigo produzido a partir da dissertação de mestrado em Museologia e Patrimônio de Miriam Moema Loss (a primeira acadêmica a se tornar mestre pelo PPGMUSPA/UFRGS) e orientada pela professora Jeniffer Cuty. Se a valoração é a gênese da preservação e a preservação busca dar a ver a diversidade humana e social representada, pesquisada e difundida, eis que a preservação cumpre, assim, a missão de dar acessos múltiplos. O texto destaca a importância da definição de programas específicos de preservação para acervos impressos, muitos dos quais podendo se valer de metodologias como o Gerenciamento de Riscos ao Patrimônio Cultural. Há um diálogo, ao longo do texto, com a valoração no âmbito da Museologia e, sobretudo, do campo do patrimônio. Direitos Humanos como Patrimônio e Patrimônio como um direito fundamental, o qual se interlaça com a identidade de sujeitos e grupos sociais.

No segundo capítulo, contamos com o artigo das professoras Ana Cristina Cypriano Pereira e Liliana Passerino, acerca da acessibilidade comunicacional em organizações. As autoras pontuam que a inclusão social se relaciona ao desenvolvimento humano, por isso ela é um marco na intenção de promover mudança social. Para verificação da inclusão, do cumprimento de políticas, como a das cotas, e, portanto, da comunicação nas organizações, as autoras realizaram um estudo de caso com uso de técnicas de entrevistas e visitas in loco. Acessibilidade ou sua ausência, segundo Pereira e Passerino, representam poder. Ausência de acessibilidade revela a falta de compreensão da amplitude de possibilidades de trabalho e de atuação na sociedade das pessoas com deficiência. A preocupação predominante das organizações são os espaços físicos e não a acessibilidade atitudinal, informacional e comunicacional.

O capítulo seguinte traz reflexões das pesquisadoras da área, Eliane Moro e Lizandra Estabel, sobre acessibilidade em espaços culturais, enfatizando a realidade do Centro Cultural Usina do Gasômetro em Porto Alegre, RS. Compõem o artigo aspectos do estudo realizado por Mirela Zanona em seu trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia na UFRGS, orientado pela professora Eliane Moro. Aborda a avaliação de acessibilidade física do Centro Cultural, para a qual foram utilizados como instrumentos de pesquisa entrevistas e o Checklist de Avaliação de Acessibilidade em Prédios Públicos do Curso de Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais, CAPADHIA. Conforme grifam as autoras, para um projeto adequado de acessibilidade, é preciso saber quem são as pessoas com deficiência (PcD). A ONU, em 2014, estimou que aproximadamente 650 milhões de pessoas vivem com algum tipo de deficiência. No estudo apresentado pelas autoras, um dos interlocutores sinaliza que é sempre possível assegurar acessibilidade, mas ainda faltam recursos financeiros e vontade política para o cumprimento integral dos direitos das pessoas com deficiência.

O quarto capítulo, de autoria de Elizabeth Romani e Christina da Silva Camillo, ambas vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), concentra-se no estudo sobre as práticas de inclusão e acessibilidade desenvolvidas no Museu de Ciências Morfológicas da UFRN. Destaca-se a técnica de mediação cultural sensorial (fruição e

compreensão dos objetos) por meio de leitura háptica em peças que representam de modo bi e tridimensional o corpo humano, sendo um conjunto delas formado por peças reais. O relato desta pesquisa enfatiza a importância da atuação interligada entre setor científico e setor educativo dos museus.

No capítulo de autoria da professora Maria Cristina Bruno (USP) e da pesquisadora Viviane Sarraf, intitulado “Curadorias Acessíveis”, contemplamos aspectos da investigação de Sarraf em seu pós-doutoramento. A metodologia da pesquisa operou com bibliografia da Teoria Museológica, Comunicação Museológica, Museologia Crítica, Ação Cultural e Curadoria, que sustentou a análise de dados de campo coletados em viagens. Conforme as autoras, o conceito de curadoria participativa busca assegurar a participação de públicos diversos, como pessoas com deficiência, bem como promover relações de pertencimento dos públicos em relação ao patrimônio cultural. Entre os países pesquisados estão o Brasil, a Suécia e a Inglaterra.

No capítulo sexto, Doris Couto, museóloga e atual Diretora do Museu Julio de Castilhos, em Porto Alegre, RS, apresenta reflexões elaboradas a partir de seu trabalho de conclusão de curso em Museologia, orientado pelas professoras Jeniffer Cury e Márcia Bertotto. Analisa a relação do público da exposição “Porto Alegre na ponta dos dedos” (2015) com as questões dos direitos humanos e do patrimônio cultural edificado. A construção teórica é extensa e rica, na qual a autora opera com Larossa, Cury até Eco, passando por Benjamin e Sennet. O estudo analisou a recepção do público da exposição acessibilizada, conforme conceito cunhado pela autora, que buscou reconhecer a relação dos visitantes com o patrimônio edificado na cidade. Por exposição acessibilizada, a autora propõe um deslocamento da compreensão de que os projetos expográficos, entre outros, nascem acessíveis. Como assevera a autora, “O ideal seria não ter que divulgar que a exposição está preparada para a diversidade de visitantes, mas que todas a estivessem, contudo essa é uma prática em disputa no mundo das “exposições espetáculo” e dos curadores estrelas”. A intenção a autora foi, portanto, contribuir com o campo museológico em sua interface mais estreita com os direitos humanos e a acessibilidade, provocando a desnaturalização de práticas curatoriais e expográficas.

Por fim, neste conjunto de textos elaborados por treze pesquisadoras, a audiodescritora Letícia Schwartz nos brinda com “Um exercício de escuta em três episódios”. Em sua usual escrita sensível, com enorme capacidade de narração de imagens, o texto inicia da seguinte forma: “Fecho os olhos. Ainda assim posso perceber quando as luzes se apagam. No ranger das cadeiras vejo espectadores que se acomodam em seus lugares. Na tosse seca, vejo o desconforto do silêncio (há silêncio, afinal?). No toque-toque dos passos, vejo atores que entram em cena.” Conforme a autora, “a reverberação do som define a percepção do espaço”. A audiodescrição (AD), para pessoas com deficiência, é uma sonoridade adicional. Diante disso, a autora provoca a pensar a AD não apenas como a tradicional compreensão de dar voz a imagens, mas como um espaço de escuta. Questiona: “Se nossas escolhas tradutórias não se limitarem à construção do texto e abrangerem também a opção consciente por não interferir? E se a narração preservar silêncios?”. Narra, enfim, três episódios de seu trabalho-pesquisa.

Professor Eduardo Cardoso (UFRGS) e eu somos muito gratos pelo envio dos textos e pela compreensão das autoras na demora na publicação da obra. Dedicamos este terceiro livro de artigos do projeto Acessibilidade em Ambientes Culturais à colega Liliana Passerino (in memoriam), a qual contribuiu com enorme dedicação para o amadurecimento das reflexões na área de acessibilidade e inclusão social.

Verão de 2021

**Profa. Dra. Jeniffer Cuty**

*CORTINA, Adela. Aporofobia, el rechazo ao pobre: um desafio para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017.*